A Experiência de alunos universitários voluntários em um Projeto de Educação de Jovens e Adultos presos

*Renata Bernardo**

Resumo
O objetivo deste trabalho foi de apontar as possibilidades e limites da aplicação do Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC), mediante a atuação de alunos da Universidade São Francisco como voluntários na alfabetização de jovens e adultos. Participaram da pesquisa os quatro universitários voluntários que foram professores alfabetizadores na instituição carcerária. Foi utilizado um questionário com perguntas abertas referentes aos aspectos do programa aplicado. As perguntas pautaram-se na educação de jovens e adultos, no trabalho voluntário desenvolvido e nas implicações de ambos no contexto da prisão. Mediante os dados realizou-se análise qualitativa, obtendo-se a caracterização do perfil do professor voluntário, sendo o aluno universitário, na educação de jovens e adultos, bem como sobre a implementação de uma política pública no contexto carcerário.
Palavras Chaves: Educação de Jovens e Adultos; Pai (Projeto De Alfabetização E Inclusão).

The experience of university student volunteers in a Project of Education for youth and adult prisoners

Abstract
The aim of this article was to identify the possibilities and limits of the implementation of the Literacy and Inclusion Project (PAI), the Association of Protection and Care prison (APAC), by the performance of students at the Universidade São Francisco as volunteers in literacy and youth adults. Four volunteers who were university professors in the institution literacy prison participated in the study. We used a questionnaire with open questions relating to aspects of the program implemented. The guided questions in the education of young people and adults in the volunteer work done and the implications of both in the prison. Through the data there was a qualitative analysis, which returned to characterize the profile of the volunteer teacher, the university student in adult and youth education, and on the implementation of public policy in the prison.
Keywords: Adult and youth education; PAI (Project of literacy and inclusion).

Se levarmos em conta os homens
tais como são, faremos piores do que são
No entanto, se os tratarmos como se
fossem o que deveriam ser, os levaremos
aonde têm de ser levados
(J. W. Von Goethe)

Introdução

Na década de 30, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, sendo uma delas o processo de industrialização, a concentração populacional em centros urbanos e a educação básica de adultos delimitavam sua história de educação no Brasil. O ensino básico acolheu setores sociais diversos, no entanto o governo federal ampliou uma educação elementar para todos incluindo a educação para adultos, principalmente nos anos 40.

Em 1945, com o final da ditadura de Vargas, com o recém término da Segunda Guerra Mundial e a Organizações das Nações Unidas (ONU) alertando sobre urgência da integração dos povos visando à paz e a democracia foi um fator importante para que a educação de adultos ganhasse destaque, pois era necessário aumentar as bases eleitorais no país para a sustentação do governo central.

Sendo assim, em 1947, a educação de adultos se tornou uma campanha nacional, onde pretendia alfabetizar em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses, em seguida, seria uma etapa de "ação em profundidade", voltada para a capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário.

No final da década de 50, houveram muitas críticas relacionadas à Campanha de Educação de

* Endereço eletrônico: brenatta@gmail.com

Adultos, dirigidas a parte administrativa, financeira e pedagógica, relacionadas ao curto período de alfabetização, a inadequação do método para adultos e para as diferentes regiões do país. Tudo isso convergiu em um novo olhar para o analfabetismo brasileiro, onde despertou a curiosidade de um educador de Pernambuco Paulo Freire.

O pensamento de Paulo Freire (1996), assim como sua proposta para a alfabetização de adultos foi mola mestra para se iniciar os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no início dos anos 60, sendo que vários grupos de educadores se integraram a pressionar o governo federal para que estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas sendo aprovado ao Plano de Alfabetização em janeiro de 1964, com o objetivo de difundir a proposta de Paulo Freire (1996) por todo o Brasil.

Graças a Paulo Freire (1996) e a sua pedagogia, o programa de alfabetização para adultos tiveram ótimos resultados. Este programa tinha a grande preocupação com os direitos humanos, contribuindo com cada cidadão. Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos, a qual o alfabetizador realizaria uma pesquisa sobre a realidade existencial dos educando junto ao qual iria atuar, ou seja, as palavras utilizadas no cotidiano do grupo para expressar essa realidade. Essas seriam as palavras geradoras, e a partir delas se realizaria o estudo da leitura como a da realidade, procurando expressar o universo vivencial dos alfabetizados.

Esta proposta durou pouco tempo, pois com o golpe militar em 64, Paulo Freire foi exilado e os programas de alfabetização e educação popular foram ameaçados e assim reprimidos. O governo assumiu o controle, lançando o Movimento Brasileiro de Alfabetização, O Mobral. Esse material didático se expandiu por todo o Brasil com a intenção de alfabetizar, mas com o passar do tempo se tornou um material sem eficiência, sem sentido e problematizado.

Grupos dedicados a educação popular continuaram a expandir a proposta de Paulo Freire (1996) em pequenos e isolados vilarejos vinculados a movimentos populares, enquanto Freire (1996) seguia trabalhando no Chile e depois em países africanos.

Contudo, no final do ano de 1995, foi fundada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos no Brasil, uma entidade sem fins lucrativos, suprapartidária e supra-religiosa, com a finalidade a educação em direitos humanos e a uma sociedade mais justa, tendo em foco a democracia a justiça e a paz.

A partir de meados da década de 80 surgiram estudos sobre o aprendizado da língua e a escrita lançando novos olhares sobre a prática de alfabetização. A argentina Emília Ferreiro se destaca entre os educadores dizendo que não se aprende baseado apenas na silabação, mas também pelos conhecimentos prévios que o educando traz dentro de si. Esta proposta começou a fazer parte recentemente nas propostas pedagógicas para adultos, onde são trabalhados com materiais didáticos que atribui mais diversidade de textos e propostas de escritas.

Com o advento da nova Constituição Federal brasileira e depois com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) na década de 90, instaurou-se novas diretrizes para a alfabetização de adultos através da modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nos últimos anos, a realidade da educação no Brasil tem sido alvo de denúncias pautadas, principalmente, em duas vertentes: crítica ao nível de competência dos processos de ensino e seus resultados e a pouca eficácia das políticas públicas de educação. Permanecer no nível das denúncias é ficar no campo da constatação dos problemas. Esses existem, porém falta o enfrentamento dos mesmos, para atingir suas causas e alterar seus efeitos.

Alfabetizar milhões de jovens e adultos que nunca frequentaram a escola mostra-se um desafio para o governo nacional que pelas suas políticas públicas tem como incumbência viabilizar de forma efetiva o direito ao acesso à educação para essa clientela. Muitas são as iniciativas governamentais, bem como o surgimento de programas e projetos que visam parcerias com a sociedade civil, para suprir esta demanda, é visto que há uma conjugação de esforços entre sociedade e governo para a mudança desse quadro educacional.

A Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional assegura aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Contudo, a presente pesquisa é oriunda da implantação de uma política pública para a formação de jovens e adultos que não frequentaram a escola na idade regular, pelo Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI), iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com uma instituição privada de ensino superior, para a formação de salas de alfabetização de adultos na associação carcerária da

cidade de Bragança Paulista, São Paulo.

O foco da presente pesquisa incidiu em identificar quais foram as dificuldades e os resultados positivos da operacionalização do PAI na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) de Bragança Paulista, partindo da problematização da atuação de universitários voluntários como alfabetizadores e formadores de adultos presos, fazendo a seguinte indagação: o que motivou os alunos da USF a se inserirem como voluntários na Educação de Jovens e Adultos através do PAI – Projeto de Alfabetização e Inclusão na APAC – Associação de Proteção e Atenção Carcerária de Bragança Paulista – SP?

A pesquisa teve como objetivo de verificar quais foram as contribuições que Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) trouxe para a formação dos alunos universitários-voluntários alfabetizadores da Associação de Proteção e Atenção Carcerária de Bragança Paulista (APAC); identificar os entraves no funcionamento do projeto na instituição carcerária, enumerar as contribuições que os universitários voluntários têm na atuação enquanto alfabetizadores e investigar os impactos do referido projeto perante o exercício da cidadania.

1 O Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) e sua perspectiva em uma instituição carcerária

Dentro das políticas implantadas pelo governo do Estado de São Paulo, o Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) destinado aos jovens e adultos, que, no início do ano de 2003, foi lançado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em conjunto com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP) destacou-se como proposta em parceria com instituições privadas de ensino.

Mais do que oferecer serviços sociais, entre eles a educação, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção dos direitos sociais. O perfil do Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) pautou-se na interação das Universidades e seus diversos serviços com a comunidade local, além de ter como objetivo o oferecimento da alfabetização para jovens e adultos visando desenvolver atividades de caráter inclusivo, tais como arte e cultura, inclusão digital, atendimento médico e odontológico, apresentando como elemento diferencial, o enfoque no resgate da auto-estima e cidadania do aluno que, desta forma, pudesse dar continuidade em seus estudos e assim que saísse da condição de cárcere e se inserir no mercado de trabalho.

Mediante as parcerias firmadas com as instituições de ensino superior, o projeto tinha como diretriz para as universidades, a formação e capacitação de universitários das Licenciaturas existentes como monitores alfabetizadores, bem como a manutenção e coordenação das salas formadas e seu acompanhamento, para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo fica incumbência do fornecimento do material didático e a certificação de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

A Universidade São Francisco, com o intuito de aprimorar e estruturar seus projetos de extensão acadêmica e comunitária, procurando atender às necessidades e anseios da população local, pela sua Pró-Reitoria Comunitária, adere ao Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI), com a atuação voluntária dos universitários das licenciaturas existentes, bem como com a Coordenação do curso de Pedagogia e do Programa de *Strictu Sensu* em Educação.

Uma preocupação latente na intencionalidade da aplicação do Projeto de Alfabetização e Inclusão na Universidade São Francisco (USF) fixou-se em dois pontos: a formulação da capacitação aos alunos universitários e a operacionalização decorrente do projeto nos diferentes núcleos formados, sendo classe de alfabetização.

A formação das salas de alfabetização do PAI ocorreu em vários núcleos distintos da região de Bragança Paulista, sendo que o presente estudo teve a pretensão de pesquisar a implantação do PAI na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) de Bragança Paulista. Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) é uma instituição filantrópica criada no ano de 1993, por cidadãos bragantinos, sob a liderança do Dr. Nagashi Furukawa, então juiz de Direito, tendo como função específica a administração da cadeia pública local, transferindo a denominação de Cadeia Pública de Bragança Paulista para Centro de Ressocialização de Bragança Paulista com apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e participação dos Poderes Judiciário e Legislativo, assim como o Ministério Público, Ordem dos Advogados, Polícia Civil e Conselho da Comunidade, tendo como diretriz básica a humanização do sistema penitenciário de Bragança Paulista.

De acordo com o se Estatuto foi firmado convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Segurança Pública, tendo em vista o repasse da verba pública, onde a APAC

assumiu a responsabilidade pela execução de todos os benefícios previstos pela Lei de Execução Penal: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho, bem como a responsabilidade integral pela manutenção, adaptação e ampliação do prédio, além de aquisição dos equipamentos necessários.

No documento consta ainda, que a APAC é constituída por um Conselho Deliberativo e Fiscal, uma Diretoria Executiva, funcionário da segurança pública e um corpo de 60 (sessenta) voluntários, que desenvolvem atividades de assistência religiosa, jurídica, psicológica, médica, odontológica, social, bem como no âmbito da educação salas de alfabetização e supletivo, abrangendo o Ensino Fundamental. Dentre as atividades dos presos, o trabalho remunerado existe pelo fornecimento de serviço de algumas empresas da região bragantina, onde os presos além de aprender novo ofício, obtém remição da pena e salário per *capita* em média de um salário mínimo.

2 Procedimentos Metodológicos

Os participantes da pesquisa foram alunos universitários da Universidade São Francisco que atuaram como monitores alfabetizadores voluntários no Projeto de Alfabetização e Inclusão (PAI) na Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC).

O PAI realizou-se através de três aulas por semana na APAC, com a participação de quatro alunos universitários voluntários, sendo uma turma de quatro reeducandos em uma sala de aula específica para a realização do projeto, iniciando-se em outubro de 2003. Os alunos universitários voluntários foram alunos dos cursos de Direito, Pedagogia e Ciências Biológicas.

Foi utilizado como instrumento para coleta de dados, um questionário elaborado pela autora do presente estudo, com 15 questões abertas, sendo estruturado segundo os seguintes indicadores:

1. Implicações na formação de alunos universitários inseridos dentro de um trabalho voluntário;
2. O processo educacional para jovens e adultos, tendo em foco uma instituição carcerária.

Diante a implantação do PAI na APAC de Bragança Paulista, a coordenação do Curso de Pedagogia e do Programa de *Strictu Sensu* em Educação, da Universidade São Francisco trabalharam em conjunto para a construção das capacitações aos alunos voluntários, pautando-se na proposta da Secretaria da Educação do Estado e principalmente contribuindo com experiências adquiridas em participações em outros momentos no mesmo gênero educacional.

Faz-se necessário ressaltar que o projeto pedagógico alicerçou-se nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo premissas para o ensino de jovens e adultos, tendo como foco a alfabetização. Desta forma as capacitações formuladas contemplaram as duas áreas, permeando o material oferecido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e salientando as inúmeras possibilidades existentes no ensino da Língua Portuguesa e da Matemática para a clientela em questão, que são adultos com pouca ou nenhuma escolaridade.

De acordo com a perspectiva de atuação voluntária dos universitários, o projeto pautou-se em um processo de formação acadêmica continuada, como ressalta Schuelter (2002), o trabalho voluntário exercido por um aluno de nível superior o faz agente transformador dos problemas da comunidade por intermédio da educação e agente de sua própria transformação, onde as capacitações são intencionalmente formatadas nos pressupostos do voluntariado além da alfabetização de jovens e adultos.

Como destaca Freire & Shor (1991, p.148): "Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou é marcado para ser educador. A gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática."

Dentro desta perspectiva, a coordenação do PAI buscou oferecer continuamente oficinas aos universitários alfabetizadores, que contemplavam a alfabetização propriamente dita, arte e cultura, cidadania e saúde, onde o objetivo é formar estes alunos multiplicadores dos conhecimentos existentes na universidade, colocando-os à serviço da comunidade. Formado por um grupo de alunos que juntamente com a coordenação do projeto participaram de reuniões com a diretoria educacional da instituição com o objetivo de conhecerem um pouco mais sobre a Associação, suas diretrizes e filosofia, estes sujeitos também passaram por duas visitas ao espaço físico em questão, antes do início das aulas.

O questionário foi aplicado em dia e horário agendados com os alunos voluntários, sendo as respostas transcritas e analisadas qualitativamente.

Tendo em vista as respostas dos questionários aplicados, em relação ao enfoque das implicações na formação de alunos universitários inseridos dentro de um trabalho voluntário, pode-se constatar que dois dos alunos voluntários da APAC, já tinham tido experiência como voluntários e apenas um desenvolveu informalmente atividade como docente, sendo que o aluno A respondeu da seguinte forma,

> Aluno A
>
> Eu fazia parte do Projeto Parceiros do Futuro, da Secretaria de Saúde de São Paulo – Hospital das Clínicas, nas escolas estaduais aos sábados, como orientadora de educação sexual, pois era aluna do curso de Psicologia da UNIP, e a Secretaria procurou na Universidade, voluntários da área da saúde e me candidatei. A Secretaria da Saúde promovia palestras com os temas de orientação sexual onde nós voluntários éramos multiplicadores das informações. Todo o trabalho realizado foi relatado e entregue a Secretaria da Saúde.

De acordo com os alunos voluntários A, B, C, D, chama-se a atenção do trabalho voluntário realizado perante um contexto diferenciado, sendo uma instituição carcerária, ou seja, indagados dos ganhos pessoais e profissionais, adquiridos, os entrevistados ressaltaram o ganho pessoal no sentido de conviverem com realidade tão distinta de outras, o fato de encontrarem-se uma vez por semana atuando em uma cadeia, trouxeram-lhes à luz reflexões sobre uma condição social considerada muitas vezes a mais marginalizada. As respostas sobre esta questão apontam estas considerações, como segue,

> Aluno A
>
> Sem dúvida. É indiscutível, apesar de tudo a gente só aprende. É gratificante, eu nunca vou conseguir passar para as pessoas o que eu aprendi no convívio com os reeducandos da APAC.
>
> Aluno B
>
> Com certeza a experiência que você ganha como profissional atuando na área que você estuda é muito oportuna, e pessoalmente você aprende a valorizar a vida que você tem vendo a realidade deles.
>
> Aluno C
> Sim. Como profissional a experiência de professor me fez descobrir uma nova aptidão em mim mesmo, senti-me realizado, sabendo que era capaz de entrar em uma sala de aula e ser bem sucedido.
> Aluno D
> Ganhos pessoais tive ao encarar uma outra realidade, a realidade que eles vivem, vc vê o outro lado do porque da criminalidade, começa a entender porque estão nestas condições, pessoas que nunca tiveram oportunidades na vida.

Schuelter (2002) ressalta que a integração entre as dimensões da formação profissional e a realização de trabalhos sociais, proporciona aos estudantes a aquisição de novos conhecimentos. O autor ressalta, ainda, que o universitário pelo trabalho voluntário, atua na transformação da realidade social da comunidade em questão, além de enriquecer seu currículo e sua formação acadêmica, pois o campo de atuação voluntária, através de projetos extensionais, apresenta-se também como área de pesquisa e extensão acadêmica.

Os universitários ao serem questionados sobre o que entendiam em relação à realidade dos analfabetos brasileiros mostraram em suas respostas que possuíam uma noção vaga da realidade destes sujeitos, ou seja, na maioria das respostas colocaram que entendiam como uma pessoa que não sabia ler e escrever, ou apenas que sabiam escrever o nome, não se indagando sobre as implicações sociais que tal realidade poderia ter, adquirindo esta consciência mediante atuação no Projeto de Alfabetização e Inclusão.

Como elucidam as respostas,

> Aluno A
>
> Eu achava que faltava força de vontade das pessoas, eu não enxergava a realidade das pessoas. É bem diferente ver entrevistas, ouvir e depois participar desta realidade.
> Aluno B
> Uma pessoa que não tinha noção da leitura e escrita, só sabia escrever e ler o próprio nome.
> Aluno C
> Antes eu não refletia sobre as dificuldades que eles refletiam no dia-a-dia, os textos para redação que eu dei para o grupo da APAC, revelou os problemas e as frustrações deles, como exemplo colocam a situação da procura por emprego, muitas vezes procuram trabalho

> e os lugares não aceitam analfabetos.
> Aluno D
> Uma pessoa que não sabia ler e escrever e tinha uma visão de mundo fechada.

Nesse sentido, Rusche (1995) destaca que é preciso considerar a peculiaridade destes educandos, onde se encontram à margem da sociedade em todos os níveis, econômicos, culturais, e também no aspecto afetivo possuem carências que devem ser consideradas no processo ensino-aprendizagem.

Outras questões colocadas indagaram a capacitação, pela qual, estes alunos passaram para atuarem no projeto e na peculiar modalidade de ensino que é a educação de jovens e adultos, sendo indagados também sobre a aplicação do material didático oferecido. Estes alunos universitários colocaram que apesar da capacitação oferecida pela universidade ter sido de grande valia para o desenvolvimento do projeto, sentiram falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo no que diz respeito às metodologias e sua aplicação, apenas um aluno procurou aprofundar-se e pesquisar sobre o tema, a educação de jovens e adultos.

Quando indagados sobre como foi o aprendizado mediante a capacitação oferecida pela USF, os quatro alunos voluntários responderam,

> Aluno A
> Foi boa, eu consegui assimilar apesar de não ter sido completa, deu uma noção de como atuar, de como é o processo.
> Aluno B
> Foi bom, mas faltou um pouco mais de técnicas para dar aula, mais metodologias, para nós que nunca demos aula.
> Aluno C
> Acho que foi muito importante, pois nunca tinha tido uma formação para professor, foram os alicerces da atividade desenvolvida.
> Aluno D
> Pouca, deveria ter sido mais abrangente. Tem que ser muito capacitado para alfabetizar pessoas.

A formação e o papel do professor, devido sua importância no processo ensino-aprendizagem, mostra-se elemento chave para análise e compreensão da complexidade que a educação de jovens e adultos apresenta em suas implicações.

Nas discussões relacionadas à prática dos educadores aponta-se e analisa-se a retomada da necessidade da articulação entre o pedagógico e o político na ação educativa que aproxime da realidade da escola; que as teorias de atuação transformadora da realidade ultrapassem os discursos e se concretizem nas relações pedagógicas de professores e alunos (Talavera, 1994; José Luiz V.Almeida, 1988). Sobre o fazer pedagógico tais autores ressaltam que, o que caracteriza a prática de um bom professor mediante estes preceitos, é a articulação entre as dimensões política, técnica e humana, não somente a aplicação incondicional de uma teoria.

Ao serem questionados se somente a capacitação é suficiente, as respostas indicaram que,

> Aluno A
> Não. Eu acho que a gente precisa buscar sempre mais, novos conhecimentos, novas metodologias em qualquer área.
> Aluno B
> Não. Depende também do voluntário ir atrás.
> Aluno C
> Não. É o primeiro passo, depois são necessárias mais capacitações para desenvolver melhor a atividade docente.
> Aluno D
> Não.

Focalizando a formação dos docentes, é visto que apesar dos poucos recursos que os professores possuem para sua formação, eles mostram-se interessados em melhorar sua prática pelo aprendizado das diversas teorias, alguns são autodidatas, porém não constroem um conhecimento mais elaborado, tanto para si mesmos quanto para a sua prática. É visto que se faz necessário enfatizar na formação do professor, o diagnóstico da clientela que atua, sendo incentivado a investigá-la e analisá-la, pautado em linhas teóricas para desta forma, transformar suas ideias e conseqüentemente a realidade em que atua.

Nesse sentido Abrantes (1991, p.189), destaca que:

> Na perspectiva de se concretizar a vinculação da teoria com a prática, aponta-se a necessidade de os processos de capacitação trabalharem com a descrição, pelos professores, das atividades que realizam e, após, eles mesmos procurarem buscar elementos teóricos que expliquem e possam permitir-lhes entender melhor as opções metodológicas que fazem. As observações que se vêm fazendo sobre formas de

> capacitação podem mesmo nos fazer assegurar que o professor só muda sua prática quando ele passa por esse processo: analisa a prática, identifica e avalia a teoria que a sustenta.

Mediante a utilização do material didático oferecido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para o referido Projeto, a avaliação dos alunos foi a seguinte,

> Aluno A
> Eu achei meio complexo, por eles serem adultos. É diferente alfabetizar crianças e adultos. Deveria ser mais próximo da realidade do adulto, melhor elaborado.
> Aluno B
> É bom, mas é muito fechado, é somente aquilo e mais nada.
> Aluno C
> Apesar de não conhecer outros materiais, somente a cartilha, a qual fui alfabetizado, achei os livros bons e completos.
> Aluno D
> O material foi bom! A classe era mista, alguns já sabiam um pouco mais então este material não parecia suficiente, para os outros que não sabiam nada o material era muito bom.

Neste contexto Piconez (1995), chama a atenção para a fragilidade da formação do professor da educação de jovens e adultos, como fator relevante, pois muitas vezes estes docentes aprendem junto com os alunos, sendo que na prática da alfabetização de jovens e adultos as dificuldades de colocar em prática os princípios político-pedagógicos do gênero aparecem no próprio cotidiano.

Nesse sentido, a proposta de atuação na educação de jovens e adultos se dá pela da reflexão sobre e na ação docente, para a formação de um adulto com competências múltiplas, com a capacidade e sensibilidade para aprender. A prática docente do professor de EJA é uma oportunidade de experenciar uma nova perspectiva de atuação promotora de mudança em relação à postura diante a educação (Monteiro, 1998).

A fragilidade da formação do professor, que, por vezes, precisa aprender junto com os alunos, bem como a dificuldade de colocar em prática os princípios político-pedagógicos defendidos pela Educação de Jovens e Adultos, por falta de uma construção coletiva dos mesmos, mostra-se como mais um dos elementos a ser considerado na formação destes professores (Piconez, 1995). Outro ponto ressaltado pelo autor é a inexistência de estudos sobre jovens e adultos nos cursos de formação de professores, seja em nível médio ou superior. As próprias Faculdades de Educação começam a se dar conta nos últimos anos de que seus currículos não contemplam estudos sobre a problemática do analfabetismo, bem como da educação não-formal ou da educação de jovens e adultos, assuntos estes tratados, muitas vezes, como matéria espúria, com seu desenvolvimento caracterizado como tarefa de perspectiva assistencialista e filantrópica, e não na perspectiva de um direito de cidadania.

Diante de um projeto, caracterizado por uma política pública, os alunos foram indagados sobre como viam a iniciativa do governo Estadual em implantar tal proposta, sendo eles co-participantes deste processo, dois deles acreditam que é muito bom que o governo se interesse pelo tema, pois desta forma garante o direito do cidadão de aprender a ler e escrever, os outros dois alunos acreditam que além de o governo lançar o projeto, deve se empenhar mais na sua continuidade, fornecendo subsídios para a obtenção de resultados por longo prazo.

Devido o projeto ocorrer em uma instituição carcerária trouxe questões que foram postas aos entrevistados relatando sua experiência e mostrando fatores relevantes para o estudo. Como mostram as seguintes respostas sobre a questão da inclusão no referido Projeto,

> Aluno A
> É questionável, o que se quer dizer com inclusão, depende da realidade que a gente esta atuando, se estas pessoas terão a oportunidade de se incluir realmente na sociedade. A inclusão deveria ter um objetivo bem mais claro.
> Aluno B
> No caso da APAC se restringiu a alfabetização, que seria a inclusão para eles no futuro. Com a alfabetização a pessoa se sente mais à vontade na sociedade, ajudando a arrumar emprego e a viver melhor! É válida as outras atividades para formar todas as noções nas pessoas como Cultura Popular, Higiene.
> Aluno C
> Acho que é válida, embora na APAC, não se trabalhou muitas outras atividades, pelo fato

da instituição já oferecer muitos recursos aos reeducandos.

Aluno D

Eu acho importante, é uma iniciativa dentro do programa que tem que dar certo, mas acredito que é preciso pessoas capacitadas para isto, nem se fosse preciso o governo investir nestes profissionais.

Ao serem indagados como foi a reação de seus familiares e amigos ao saberem que estavam sendo voluntários na APAC, as respostas foram as seguintes,

Aluno A

Foi de espanto. Acharam que eu era louca, tinham medo. Entrar em uma cadeia cheia de bandidos. E quando houver uma rebelião?

Aluno B

A partir do momento que eu aceitei e falei, acharam super interessante, um desafio e a partir do momento que visitei a APAC, me senti muito segura, e através do meu relato, da impressão que tive sobre o lugar, todo mundo me apoiou, somente no primeiro momento minha mãe teve receio, depois sentia orgulho de eu falar das aulas, de como eram as pessoas lá dentro, os reeducandos. A forma que eram tratados, eram muito curiosos para saber como era lá.

Aluno C

A princípio ficaram apreensivos, principalmente minha esposa, depois que eu vi e lhe falei que lá era tudo muito organizado e disciplinado, ela, meus filhos e parentes foram aceitando a ideia.

Aluno D

Minha mãe achou legal, meu pai achou meio estranho e os amigos acharam muito legal.

Sobre a experiência de como se dá atuação como professor alfabetizador voluntário em um contexto tão familiar, as respostas foram as seguintes,

Aluno A

É uma experiência única, muito boa, a primeira turma me deixou muito contente, superei as expectativas sobre mim mesma, e a cada dia eu cresço cada vez mais

Aluno B

Foi muito bom e prazeroso, mas eu me sentia muito insegura em relação a didática, se eles estavam aprendendo, se eu estava tendo um bom desempenho, fazendo um bom trabalho. Será que eu estou ajudando eles? Sempre me questionava.

Também me sentia super á vontade lá dentro, não me sentia em uma cadeia, me sentia em uma sala de aula normal. Quando entrou as férias falei que se Deus quiser voltaria a dar aula e um reeducando falou que era ele que não queria estar lá. Quando algum aluno saia para trabalhar sentiam muito em deixar as aulas. E estavam lá porque queriam mesmo aprender e eu percebia bastante a carência de atenção deles, se sentiam mais apoiados quando ensinava algo que não entendiam. E eles comentavam quando liam os textos escritos por eles para a família no dia de visita, e quando liam para os colegas de cela. Eles valorizavam o nosso trabalho, alguns com palavras como “A senhora ajuda muito” outros demonstravam apenas com o olhar.

Aluno C

Eu acho que foi muito enriquecedora, porque eu senti de perto os problemas sociais que envolvem os presidiários, que percebi que vem de uma estrutura familiar falha, pessoas que muitas vezes não tiveram família, são filhos de mãe solteira, ás vezes são filhos de pais que se envolveram em atos ilícitos, poucos tem escolaridade, sendo esta uma porta aberta para a marginalidade.

Eu senti que durante as aulas eles tem interesse em aprender e ser alfabetizado e entender melhor o que esta nos noticiários, e muitas coisas eles não entendem, como por exemplo alguns me perguntavam o que era PIB, outros índices econômicos, o porque da guerra do Iraque, os atentados terroristas, sobre a faixa de Gaza, até desenhei um dia o mapa na lousa, para explicar, me senti dando aula de Geografia pura, eles ouvem dizer as coisas e não entendem , a leitura de mundo é muito pequena, mas a curiosidade é grande para saber sobre os assuntos.

A experiência foi muito gratificante, se eu tivesse mais tempo eu daria mais aulas na APAC, e digo sempre que para todos aqueles que querem ser voluntário, vale a pena e é muito enriquecedor para o ser humano passar por esta experiência.

Aluno D

Foi boa. O que eu não gostei, foi da experiência de dar aula, não pelo lugar, mas por ser tímida eu me senti travada.

De acordo com Rusche (1995), os programas

de educação direcionados a adultos presos, possuem os seguintes objetivos, que são o de criar condições para o desenvolvimento da aprendizagem para o exercício da cidadania, de forma crítica e participativa, estimulando e conscientizando-os da importância dos estudos para suas vidas, desta forma no relato dos entrevistados, os reeducandos da APAC, se interessavam muito pelas aulas, fazendo perguntas sobre palavras, termos que não conheciam, ressaltando sempre que "você nos ajuda muito", ou seja, os voluntários percebiam pelo interesse dos detentos, que estes valorizavam o trabalho que estava sendo desenvolvido, participando com responsabilidade das aulas.

A assiduidade dos alunos nas aulas, também foi citada pelos universitários nas entrevistas, onde a desistência e saída dos detentos foram registradas sob o motivo de aquisição de trabalho, onde na instituição, o reeducando que consegue vaga para trabalho possui remição de pena, além de remuneração, mostrando-se mais atrativo para o detento, assim muitas vezes não conseguem conciliar trabalho e estudo, além disso, outros saíram das aulas porque receberam liberdade, o processo judicial foi cumprido, promovendo a sua libertação, desta forma, estes alunos foram orientados a procurarem os cursos oferecidos pelo município para darem continuidade aos estudos.

Como enfatiza Rusche (1995), um entrave encontrado no desenvolvimento de um processo escolar nas prisões, refere-se a assiduidade já citada, pois na maioria das vezes a frequência não é obrigatória, sendo as justificativas para as ausências de caráter jurídico, médico e de trabalho, onde a proposta de uma atividade remunerada e que traga remição de pena mostra-se mais atraente para eles.

As implicações de um trabalho voluntário por alunos universitários em uma instituição carcerária, pelos dados obtidos, mostraram que a experiência vivida por estes alunos, trouxeram-lhe mudanças em suas concepções sobre a realidade social de sua comunidade, promovendo também elementos complementares para sua formação profissional e acadêmica, bem como indicou as possibilidades e limites encontrados no desenvolvimento de um projeto de extensão acadêmica com caráter comunitário em um contexto diferenciado.

A implantação de um projeto especial, com alunos com características extremamente diferenciadas, certamente têm problemas quanto a sua operacionalização, encaminhamentos e funcionamento.

Para tanto é necessário considerar o que menciona Portugues (2001, p.360):

> *Presente desde os primórdios da prisão, a educação é arrolada como atividade que visa a proporcionar a reabilitação dos indivíduos punidos. Contudo, considerando que os programas da operação penitenciária apresentam-se de forma premente a fim de adaptar os indivíduos às normas, procedimentos e valores do cárcere – afiançando, portanto, aquilo que se tornou o fim precípuo da organização penitenciária: a manutenção da ordem interna e o controle da massa carcerária – quais são as possibilidades para uma "educação autêntica, que não descuide da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito."*

Dentro desta perspectiva o mesmo autor destaca que, a educação nas cadeias é vista como instrumento para manutenção e controle da ordem, dentro de uma condição de abafamento e ou anulação da identidade do indivíduo. Diante da realidade destas instituições, no âmbito educacional, têm-se um quadro no qual o indivíduo punido organiza sua vida prisional de acordo com uma conduta que tem por base a aquisição de concessões, onde sendo um "bom preso", agindo coerentemente às "leis" do sistema em que está inserido, obtém benefícios, caso contrário, tais concessões são negadas. Desta forma Salla (1993) observa que existem inúmeras dificuldades no desenvolvimento efetivo de um programa de educação, em presídios, se os indivíduos estiverem ligados ao esquema de funcionamento da prisão.

Por outro lado, a escola dentro destas instituições apresenta-se como um espaço que desenvolve uma série de potencialidades humanas promovendo o crescimento pessoal do indivíduo enquanto sujeito, que se reflete na coletividade, tais como a autonomia, crítica, criatividade, reflexão, sensibilidade, participação, diálogo, estabelecimento de vínculos afetivos, troca de experiências, pesquisa, respeito, tolerância, características essas pertencentes à proposta de uma educação para jovens e adultos (Portugues, 2001).

De acordo com Rusche (1995), os programas de educação direcionados para adultos presos devem apresentar os seguintes objetivos: a) criar condições para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos de forma participativa e crítica; b) desenvolver as

potencialidades dos alunos, preparando-os para o exercício pleno da cidadania; c) estimular e conscientizar os alunos para a importância dos estudos, buscando alternativas atrativas para a participação.

Pautando-se nesses objetivos Português (2001) considera que o fazer pedagógico está no espaço de sala de aula, tendo em vista, a prisão, ou seja, será neste espaço de "sala de aula" que as possibilidades da metodologia se desvincula do esquema disciplinar, para vincular-se às atividades educativas, no que se refere nas relações estabelecidas entre os alunos e educadores, na participação individual e em grupo nos trabalhos, nos debates, nos questionamentos e conteúdos, diferenciando este espaço da técnica penitenciária.

Outro entrave mencionado pelo autor, encontrado no desenvolvimento de um processo escolar nas instituições carcerárias é a assiduidade dos detentos nas aulas, ocorre sempre uma quantidade razoável de faltas, principalmente nos locais em que a frequência não é obrigatória, sendo as justificativas para as ausências no que incide nos atendimentos de ordem jurídica, médica e social, e principalmente no trabalho, pois apesar de ser direito dos alunos serem dispensados para as aulas, em momentos em que é necessário aumentar a jornada de trabalho dos presos, não há concessão, ocorrendo então a opção dos mesmos pelas oficinas que, além da remuneração, possibilita a remição de pena.

As iniciativas dentro das instituições carcerárias para que se firme uma realidade de reabilitação e reinserção social denotam as características de um processo trabalhoso e que demanda a ampliação e implentação de políticas públicas e parcerias com a sociedade.

Como relata Goulart (2004), a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), dentro do Programa de Educação Popular (PEP), teve a participação de estudantes do seu curso de Serviço Social, que ficaram no período de dois anos e meio em um trabalho voluntário, onde eram realizados encontros com os presos e feita a triagem de suas necessidades, sendo encaminhados para advogados, psicólogos e outros atendimentos, por meio de atividades em grupo trabalhou-se a progressão do regime carcerário, com o intuito de preparar os presos para a liberdade, com condições de retomada ao convívio familiar e social.

As implicações, possibilidades e limites, assim como a operacionalização dos segmentos na realidade carcerária mostra-se um desafio, que demanda estudo, pesquisa, para a construção de uma análise efetiva que aponte caminhos para uma educação para jovens e adultos dentro deste contexto.

Considerações Finais

Mediante conceituações sobre a Educação de Jovens e Adultos, em foco a alfabetização, suas implicações e perfis, bem como sobre o voluntariado universitário e as características de uma educação em uma instituição carcerária, a pesquisa apontou elementos relevantes para temática.

As respostas obtidas dos universitários na alfabetização de adultos presos da Associação de Proteção e Atenção Carcerária (APAC) ressaltaram aspectos importantes sobre a experiência do voluntariado, concomitantemente com o contexto específico do cárcere.

Neste sentido, ato de apresentar-se como voluntário tem como significação a valorização pessoal, onde o indivíduo assume uma responsabilidade social, promovendo realização no âmbito profissional e pessoal.

A necessidade de um projeto político pedagógico adequado às necessidades de adultos pouco escolarizados não pode mais ter sua gestão elaborada em gabinetes administrativos e sim ser uma construção conjunta e combinada à pesquisa na sala de aula.

Na perspectiva de se concretizar a vinculação da teoria com a prática, aponta-se a necessidade de os processos de capacitação trabalharem com a descrição, pelos professores, das atividades que realizam, para que desta forma procure-se firmar o exercício da ação e reflexão, originando o aperfeiçoamento das metodologias aplicadas no processo de ensino aprendizagem na educação de jovens e adultos.

Tendo a APAC como foco de pesquisa na aplicação do Projeto de Alfabetização e Inclusão e considerando que, os adultos são um público específico onde os aspectos sócio-econômicos e culturais mostram-se muitas vezes elementos acentuados que compõe o processo de ensino-aprendizagem destes alunos, trazendo à superfície o contexto carcerário, o educando da APAC encontra-se duplamente marginalizado, ou seja, na condição de cárcere e enquanto analfabeto.

Com o foco na educação em instituições carcerárias, a pesquisa encontrou várias dificuldades na escassez de bibliografias e pesquisas que abordem o tema, encontrando lacunas no que se referiu ao estudo da implantação de projetos educacionais e da educação propriamente dita neste contexto.

Desta forma, o tema apresenta-se como uma reflexão da aplicação de uma iniciativa pública em parceria com uma instituição de ensino superior privada, no âmbito de uma associação carcerária.

Referências

ABRANTES, Wanda Medrado. *A didática da educação básica de jovens e adultos: uma construção a partir da prática do professor***.** Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado) – PUC-RJ.

ALMEIDA, José Luiz V. de. *A questão pedagógica da educação popular: uma análise da prática educativa da educação popular – décadas de 60 a 80.* Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.

ALMEIDA, Laurinda R. de. *O Projeto Noturno: incursões no vivido por educadores e alunos de escolas públicas paulistas que tentaram um jeito novo de caminhar***.** São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) – PUC – SP.

FREIRE, Paulo ; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOULART, Patrícia. *Trabalhando no presídio***.** Comunitárias, Brasília, Abril Junho – 2004. ABRUC, Ano IX, nº 30.

MONTEIRO, Alexandrina. *Etnomatemática: as possibilidades pedagógicas num curso de alfabetização para trabalhadores rurais assentados***.** Campinas, 1998. Tese (Doutorado) – Unicamp.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. *Educação escolar de adultos: possibilidades de reconstrução de conhecimentos no desenvolvimento do trabalho pedagógico e suas implicações na formação de professores.* São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) USP.

PORTUGUES, M. R. *Educação de Jovens e Adultos Presos: limites, possibilidades e perspectivas.* In.: Em Aberto: Brasília, v. 22, n.82, p. 109-120, nov. 2009

RUSCHE, Jesus Robson (org.). *Educação de adultos presos: uma proposta metodológica.* São Paulo: Funap, 1995.

SALLA, Fernando Afonso. *As prisões em São Paulo: 1822-1940.* São Paulo: Annablume, 1999.

SCHUELTER, Cibele C. *Trabalho Voluntário e extensão universitária.* Episteme, Santa Catarina, v.9, n. 26/27, p. 217-236, mar./out. 2002.

TALAVERA, João Roberto. *Uma experiência educacional em (sob) Novo Horizonte: os desencontros dos bem-intencionados "agentes de transformação".* Cuiabá, 1994. Dissertação (Mestrado) – UFM

Sobre a autora:

Renata Bernardo é doutoranda em Educação pela Universidade São Francisco. Mestre em Educação pela Universidade São Francisco (2008). Possui licenciatura em Pedagogia e História. Atualmente é docente do curso de Pedagogia, Administração e Tecnologia em Processos Gerencias da Universidade São Francisco.